

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EDUCAÇÃO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IMPLANTAÇÃO DE
CURRÍCULO ANTIRRACISTA NA PRIMEIRA INFÂNCIA**

Andreia Ribeiro (andreia75rb@gmail.com)

Luciane Duarte Da Silva (luduarte.2709@gmail.com)

Tacila Pereira (tacilanf@gmail.com)

Luzia Cecilia Da Costa Julidori (luziajulidori@hotmail.com)

Leandro Correa Bologna (lebologna@msn.com)

Jessica Nascimento Novais (jnumesp@gmail.com)

Kleber Natal De Souza (natal.souzak@gmail.com)

Cida Souza (cida300377@gmail.com)

Sibele Aparecida Bucchi Pereira (sibele.bucchi@gmail.com)

Este projeto de pesquisa de mestrado problematiza a implementação da Lei nº 10.639/2003 na Educação Infantil (0–3 anos), destacando que a construção de identidades, processo inaugurado na primeiríssima infância, é atravessada por dinâmicas de racismo estrutural. No âmbito escolar, tais dinâmicas se materializam em microagressões, estereótipos e na baixa institucionalização curricular da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sustenta-se que a não efetivação de práticas pedagógicas

antirracistas desde o berçário aprofunda a reprodução de desigualdades sociais e educacionais e compromete dimensões subjetivas e emocionais do desenvolvimento de crianças negras, com repercussões na autoimagem e no sentimento de pertencimento.

Diante desse cenário complexo e desafiador, a pergunta central que norteia esta investigação é: De que maneira as políticas públicas de formação docente e as diretrizes curriculares especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) têm favorecido ou dificultado a implementação efetiva da Lei 10.639/03 na Educação Infantil, especialmente no atendimento às crianças de 0 a 3 anos? Nosso objetivo geral é propor recomendações fundamentadas e contextualizadas para a elaboração e implementação de currículos antirracistas para essa faixa etária. Para tanto, nos propomos a mapear as potencialidades e limitações das diretrizes curriculares nacionais e a identificar os desafios e entraves práticos na implementação da Lei 10.639/03 em materiais e práticas pedagógicas desenvolvidas nos contextos educacionais.

O desenvolvimento deste estudo é ancorado em um robusto referencial teórico que compreende o racismo como um fenômeno estrutural e institucional, conforme abordado por Silvio Almeida (2019, 2021), o que nos permite analisar como as instituições e práticas sociais, incluindo as educacionais, podem perpetuar a lógica racista de forma naturalizada. A essa compreensão soma-se a perspectiva de Kabengele Munanga (2003, 2006), cujas análises sobre a construção social do racismo e a importância da valorização da identidade afro-brasileira são fundamentais para desmistificar preconceitos e reforçar a necessidade de uma educação afirmativa e promotora de equidade. A obra de Sueli Carneiro (2005, 2011), em sua abordagem em Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil, enriquece a análise ao demonstrar como as opressões de raça, gênero e classe se entrelaçam, evidenciando a urgência de uma pedagogia que reconheça e valide as múltiplas experiências e vivências das crianças negras. Complementarmente, Maria Aparecida Silva Bento (2012, 2022) oferece valiosas contribuições sobre as relações raciais na educação e a implementação de políticas antirracistas, fornecendo um panorama sobre os desafios e as possibilidades de intervenção na prática escolar.

A discussão sobre o currículo oculto, proposta por Eliane dos Santos Cavalleiro (2001, 2003), é igualmente central, pois nos auxilia a desvelar como a ausência de representatividade e a omissão de conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira na Educação Infantil contribuem para a reprodução do racismo,

mesmo na aparente neutralidade do ambiente escolar. A pedagogia crítica de Paulo Freire (1980, 2003), que defende a educação como prática de liberdade e a conscientização para a transformação da realidade, ressoa profundamente com os objetivos deste projeto, inspirando a busca por uma abordagem que valorize a subjetividade das crianças e que se comprometa com a transformação social, reconhecendo que a sala de aula é um espaço político de diálogo e emancipação. A pesquisa dialoga intensamente com a obra de Nilma Lino Gomes (2005, 2017), pioneira nos estudos sobre educação das relações étnico-raciais, cujas reflexões sobre a importância de uma pedagogia antirracista e os desafios institucionais para a efetivação da lei são cruciais. Particularmente, suas abordagens nos fornecem subsídios para compreender a centralidade da experiência da criança negra e o papel do conhecimento produzido pelo movimento social na construção de uma educação equitativa. Da mesma forma, a contribuição de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2002, 2023), uma das formuladoras das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, é indispensável. Seus estudos destacam a necessidade imperativa de ações educativas intencionais desde a primeira infância e ressaltam a importância da formação docente como pilar para a superação do racismo e para a valorização da diversidade.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e analítico-crítico, buscando aprofundar a compreensão sobre a complexidade do fenômeno estudado. Será realizada uma análise documental aprofundada de legislações pertinentes, como a Lei 10.639/03, o Estatuto da Igualdade Racial, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscando identificar lacunas, contradições e potencialidades para a promoção de uma educação antirracista. Concomitantemente, será feita uma revisão bibliográfica sistemática sobre os temas de Educação Infantil, relações étnico-raciais, racismo estrutural, currículo e descolonização dos saberes, com foco em produções que abordem a primeiríssima infância. Embora a pesquisa esteja em andamento, espera-se que a análise crítica, fundamentada nesses referenciais, revele que as diretrizes curriculares, apesar de avanços conceituais, ainda carecem de especificidade e obrigatoriedade para a implementação efetiva da Lei 10.639/03 na primeiríssima infância. Além disso, prevê-se que os resultados apontem para a resistência institucional, a escassez de materiais didáticos adequados e a insuficiência na formação continuada de professores como grandes entraves, corroborando nossas hipóteses iniciais. O estudo visa,

portanto, aprofundar o entendimento sobre como o racismo opera desde a mais tenra idade, impactando o cuidado, o afeto e o currículo, e a partir disso, gerar insights que informem e inspirem práticas pedagógicas transformadoras e inclusivas.

O estudo se propõe a ser um instrumento para a construção de recomendações práticas e teóricas que possam fomentar currículos antirracistas desde o berçário. Acreditamos que a compreensão e o enfrentamento do racismo a partir dos primeiros anos de vida escolar são fundamentais para o desenvolvimento pleno das crianças, especialmente das crianças negras, e para a construção de uma sociedade genuinamente mais justa, equitativa e respeitosa da diversidade étnico-racial brasileira. Ao evidenciar as complexidades e os desafios, e ao mesmo tempo apontar caminhos para a descolonização dos saberes e a valorização das diversas identidades, esperamos contribuir significativamente para a área da Educação e para a luta antirracista no Brasil, promovendo uma infância com mais equidade e justiça social.

Palavras-chave: educação infantil; antirracista; lei 10639/03; currículo; primeira infância.